



Ata Nº 25

Quadriénio 2021/2025

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sala da assembleia da delegação de freguesia na Carreira, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a **reunião ordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

O Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e informou que Ana Carla Gomes foi substituída por José Carlos Pereira na assembleia e por Paulo Renato Silva na função de primeiro secretário.

Informou ainda que recebeu uma carta do Tribunal de Contas, que foi lida pelo Paulo Renato Silva (ANEXO 1). A Presidente do Executivo explicou que o Tribunal de Contas tem um gabinete de averiguação das contas das freguesias, que anteriormente não existia, que tem feito algumas verificações internas das contas que vão para o Tribunal de Contas. O executivo foi alvo dessa verificação, prestou alguns esclarecimentos, após o que a conta foi homologada, o que não significa que não possa vir a ser verificada novamente. No entanto, neste momento, está tudo bem.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou a ata 23, de 23 de maio de 2025, a votação, tendo esta sido aprovada, com uma abstenção de David Teotónio.

Passou, de seguida, ao período antes da ordem do dia. Vítor Tomé disse que, desde a última assembleia extraordinária, muitas coisas aconteceram, mas não podia deixar de destacar o Dia das Comemorações do Município de Leiria, nas quais foram distinguidas duas pessoas de Monte Redondo, com a Medalha de Mérito Municipal com Grau Prata: Solange Cardinali e o Professor Doutor Jorge Arroteia. Destacou a distinção atribuída a este último, pela contribuição com o seu conhecimento sobre o território do concelho de Leiria, principalmente da parte norte, e a sua participação em várias obras sobre esta região, que têm enriquecido tanto a União das Freguesias como o restante território a norte do concelho. Também parabenizou o executivo pela homenagem feita ao senhor João Moital por todo o seu contributo para as artes, cultura e divulgação de Monte Redondo, visto considerar que as pessoas devem ser homenageadas em vida. Esta homenagem foi feita no âmbito do Festival Comunitário «Novos Ventos», que ocorreu em Monte Redondo, no fim de semana anterior, e que envolveu a comunidade e as associações da freguesia, com pequenas peças de teatro que trouxeram muita alegria aos atores e a quem assistiu, trazendo cultura da cidade para as freguesias. Este Festival de Teatro já se realiza há 10 anos e seria bom que, mesmo com as mudanças que as freguesias vão ter, continuasse a acontecer.

David Teotónio informou que a bancada do PSD enaltece a homenagem, efetuada no passado domingo, ao senhor João Moital.



Céline Gaspar pediu para ficar registado em ata que já saiu a Declaração de Impacto Ambiental da Ampliação do Aviário da Quinta D. Dinis com um parecer favorável condicionado, com uma série de condicionantes que envolvem questões, umas da responsabilidade do Município, outras que não são da sua responsabilidade, sendo que algumas nunca haviam sido mencionadas anteriormente nem aprovadas pelo Município, nomeadamente sobre as Salinas da Junqueira e a Lagoa da Ervedeira. O documento está disponível para consulta através do link que a Junta de Freguesia colocou no site e nas redes sociais. A Junta de Freguesia enviou uma carta dirigida à Dra. Isabel Damasceno, presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), manifestando o seu desagrado por não terem sido tidas em conta as 537 participações da população e os pareceres desfavoráveis da Junta de Freguesia, do Município e do Movimento de Cidadãos que se uniu e que tinha bastante valor técnico. Nessa carta, o executivo solicitou um esclarecimento sobre o facto de esses pareceres e participações não terem sido tidas em conta e pediu que o parecer fosse verificado novamente. Céline Gaspar leu a resposta recebida (ANEXO 2), a qual afirma que não foram invocados factos ou preceitos legais que possam sustentar uma revogação da decisão anteriormente emitida. O Município esteve reunido com a CCDR e, neste momento, aguarda-se que o promotor coloque o projeto a aprovação pela CCDR e, posteriormente, seguirá para o Município. Até ao momento, não houve qualquer contacto do promotor com a CCDR, a Câmara ou a Junta. Céline Gaspar considera lamentável que esta comissão não tenha tomado qualquer tipo de atenção à pretensão da população.

Não havendo inscrições por parte do público, passou-se à ordem de trabalhos.

Dando cumprimento ao **Ponto 1. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, o ponto foi apreciado.

No atinente ao **Ponto 2. Ratificação dos mapas finais de transferência de bens móveis e imóveis, de universalidades, direitos e obrigações e de trabalhadores para Freguesia de Monte Redondo e para a Freguesia da Carreira - Apreciação, discussão e votação nos termos do nr. 2 do artigo 8º da Lei nº 25-A/2025, de 13 de março**, Céline Gaspar explicou que a Comissão de Extinção fez três reuniões, nas quais foi definido um plano de trabalho; os critérios de divisão dos bens e património da freguesia, bem como as obrigações e os direitos para cada freguesia, definindo critério a critério; sendo que, na última reunião, foi aprovada uma atualização do inventário e a proposta de divisão de cada bem, móvel e imóvel, com a definição de cada critério à frente de cada bem e os mapas que têm a indicação das obrigações que se colocam em cada freguesia após a extinção, tal como o mapa de pessoal com a divisão do pessoal, de acordo com o que estava definido na proposta de desagregação enviada à Assembleia da República. Referiu que foi um processo que decorreu dentro da normalidade e aguarda a homologação, estando agora na Assembleia de Freguesia que atesta a sua eficácia e depois ficará a faltar a sua publicação em Diário da República. Como não está



definida na Lei uma data para essa publicação, tem de se aguardar por indicações da Direção Geral das Autarquias. A CCDR também deu a indicação de que a DGAL também ainda não deu indicações, mas entende-se que possam apenas surgir em Diário da República os mapas dos bens móveis e imóveis que careçam de transmissão. A Comissão de Extinção terá de voltar a reunir antes de terminar o mandato, para fazer a atualização dos mapas, pois há sempre coisas novas que se vão adquirindo, há outras que se vão estragando e há obras que estão a ser feitas.

Vítor Tomé pediu para esclarecer um mito que tem sido dito sobre a sua pessoa, aquando do processo de desagregação. Afirmou que existiram três assembleias de freguesia sobre a desagregação das freguesias, como se pode verificar nas atas, nunca votou a favor nem contra a desagregação, tendo passado a citar: «Como eleito na união das freguesias e sendo residente na Carreira, não me considero à vontade para fazer a votação, como tal, prescindindo da votação na proposta.». Sobre este ponto, Vítor Tomé referiu que o Movimento de Desagregação da Carreira sempre disse à população que não ia perder serviços com a desagregação. Nas assembleias realizadas sobre o tema, foi proposto pelo Movimento e aprovado pela assembleia, na qual não votou, que iriam dois funcionários de Monte Redondo para a Carreira, uma assistente técnica e um assistente operacional. Ao ler as atas enviadas pelo senhor Presidente da Assembleia, verificou que, na primeira reunião da Comissão de Extinção, os elementos da Carreira prescindiram do assistente operacional e queriam apenas um assistente técnico, o que significa que a população iria perder serviços, uma vez que a Junta iria estar fechada durante o dia e seria mais fácil arranjar um assistente operacional. Na segunda reunião, propuseram que a assistente técnica trabalhasse dois dias por semana na Carreira e três dias em Monte Redondo, pelo que Vítor Tomé questionou se havia desagregação ou união das freguesias. Na terceira reunião, segundo a ata, já ficou deliberado que ia para a Carreira uma assistente técnica a tempo inteiro e um assistente operacional. Desta forma, acredita que a Carreira não irá perder dois serviços e é cumprido o que estava estipulado.

O ponto dois foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

No que respeita ao **Ponto 3. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda Nº 10 - Apreciação, discussão e votação nos termos alínea g) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, a Presidente do executivo explicou que o contrato teve de ser alterado, porque estava previsto fazer-se a requalificação da Rua do Miradouro, na Lezíria, através da Adenda N.º 9, mas, em diligências prévias à execução da obra, o proprietário confinante apresentou uma reclamação, alegando a titularidade do caminho. O proprietário é a Fundação Bissaya Barreto, que indica que o acesso ao Cabeço é sua propriedade e não aceita torná-lo público. Como Presidente da Junta, Céline Gaspar discorda desta posição, visto que o caminho sempre foi usado publicamente desde tempos imemoriais. Para se chegar a um acordo sobre o assunto, dadas as boas relações entre ambas as instituições, levaria



muito tempo, o que já não permitiria fazer este investimento, enquanto União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e o dinheiro já não viria para a freguesia. Esta requalificação poderia ser feita no âmbito de um apoio, porque todo o espaço está contemplado no contrato de comodato com a Junta de Freguesia, mas o orçamento também já não permitiria, pois a Junta teria de colaborar com 15%. O executivo decidiu apresentar duas soluções para a alteração do objeto do contrato: inicialmente, a ligação de Fonte Cova às Morganiças, na Rua do Brejo, no entanto, o valor que está definido e que não pode ser alterado, neste momento, é de 74,500 euros, o que não permitia fazer esse investimento, pois o arruamento teria de ser alargado para 5 metros, havendo várias zonas que não atingem essa dimensão, precisa também de uma drenagem numa zona em que tem valas. Assim, foi aprovada, em reunião de câmara e na assembleia municipal, a requalificação da Rua da Carreira a Carvide, até à Ponte de S. Lourenço. Também vai ser feita, através de um contrato da Câmara Municipal, a ligação da Sismaria a Carvide.

Vítor Tomé agradeceu à senhora presidente e ao executivo que, mesmo sabendo da desagregação da freguesia da Carreira, deslocou o investimento de 74,500 euros, inicialmente previsto para a freguesia de Monte Redondo, para requalificar a Rua junto do Rio Lis até à Ponte de S. Lourenço. Este investimento vem reforçar que a senhora presidente do executivo, durante 12 anos à frente da União das Freguesias, sempre que foi possível e necessário, investiu na Carreira e não seria agora no final do seu mandato e na separação das freguesias que o deixava de fazer. Para além disso, também vem reforçar a necessidade de alargar a Ponte de S. Lourenço.

O ponto 3 foi aprovado por maioria com 8 votos a favor e uma abstenção de Patrícia Oliveira.

Cumprindo o **Ponto 4. II Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita 2025 e II Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada. 1.1. Indicação do representante de cada partido com representação na Assembleia de Freguesia, por estes indicados – tomada de conhecimento ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março**, Céline Gaspar disse que, tendo em consideração o que já foi sendo indicado, há a necessidade de alargamento do cemitério de Monte Redondo, no entanto, o processo está a demorar mais do que seria previsto, porque o espaço está em Rede Nacional Agrícola, o que requer uma desafetação, o que leva a que a execução não possa ser feita neste mandato nem na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira. Tendo isso em consideração, o valor previsto para o cemitério não consta do orçamento, porque não vai ser executado. Relativamente à documentação associada, o executivo tentará deixar as coisas preparadas para a efetivação da aquisição dos terrenos, mas o que for para executar e efetivar deve ser na freguesia de Monte Redondo.

O ponto quatro foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções de David Teotónio e Patrícia Oliveira.



O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão às 22h11m, da qual se lavrou uma minuta, aprovada por unanimidade, e a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

O Primeiro Secretário

(Paulo Renato Sobreira Silva)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)